

A Estratégia de Combate à Radicalização no Extremismo Islâmico na Grã-Bretanha (2006-2015)

Francisco Jorge Gonçalves

Doutorado em Ciência Política e Relações Internacionais: Segurança e Defesa pelo Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica Portuguesa (IEP/UCP). Licenciado em Direito e em História. Dirigente na Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC).

Resumo

Após o 11 de setembro diversos Estados procuraram parceiros moderados nos muçulmanos para combater o fenómeno do recrutamento para o terrorismo jihadista. Alguns governos escolheram como parceiros islamitas não violentos, pelo simples facto de (aparentemente) condenarem o terrorismo.

Como tal, o presente artigo visa analisar a Estratégia de Combate à Radicalização no Extremismo Islâmico na Grã-Bretanha (2006-2015), tendo como pano de fundo a opção de cooperação com islamistas não violentos. Para o efeito iremos comparar as diferentes opções tomadas pelo Governo Trabalhista e pelo Governo de Coligação – entre o Partido Conservador e o Partido Liberal –, efetuando uma avaliação crítica e analisando igualmente um programa de combate à radicalização (*Channel*). Finalmente, numa ótica de *lessons learned*, será analisado o combate à radicalização no extremismo islâmico em relação a Portugal.

Palavras-chave: Islamismo; Radicalização; Islamitas não violentos; CONTEST; PREVENT.

Abstract

Combat Strategy to Radicalization in Islamic Extremism in Great Britain (2006-2015)

After 9/11, several countries seek out moderate partners in the Muslim communities to fight the recruitment for jihadist terrorism. However several governments choose to cooperate with nonviolent Islamists, because (apparently) they condemn terrorism.

*Therefore the present article will analyze the strategy to combat radicalization on Islamic extremism in Great Britain (2006-2015), bearing in mind the option to cooperate with nonviolent Islamists. For that end, it will be compared the different options made by the Labor party and the government coalition – between the Conservative and the Liberal party –, and also analyzed a program to fight radicalization (*Channel*). Finally, regarding “lessons learned”, it will be analyzed the fighting of radicalization on Islamic extremism in Portugal.*

Keywords: Islamism; Radicalization, Non-Violent Islamists; CONTEST; PREVENT.

“Temos de ir à raiz do problema e precisamos ser o mais claro possível acerca das origens destes ataques – e que é a existência de uma ideologia ‘extremista islamista’ (...). O extremismo islamista e o Islão não são a mesma realidade (...). Existe muita confusão sobre este assunto. Muitos dos condenados por atos terroristas foram inicialmente influenciados por aquilo a que foi denominado ‘extremistas não violentos’ e posteriormente levaram as suas crenças extremistas ao próximo nível ao abraçar a violência”

David Cameron, Munique, 5 de fevereiro de 2011

Introdução

Após o 11 de setembro de 2001 diversos Estados procuraram parceiros moderados nos “muçulmanos sociológicos”¹ para combater o fenómeno do recrutamento para o terrorismo jihadista². Ora, passou a ser apelidado de moderado um radical islâmico (islamista)³ que afirmava (laconicamente) que era contra o terrorismo (denominado islamista não violento) – mesmo que manifestasse oposição a princípios do Estado de Direito – v.g., igualdade de género. Inclusivamente, os islamistas não violentos deviam ser o antídoto para contrariar a narrativa jihadista dos islamistas violentos⁴.

1 No que tange ao enorme manancial de variáveis presentes nas diversas comunidades islâmicas a residir na Europa – por exemplo, as diferentes origens étnicas, linguísticas, práticas religiosas –, acompanhamos Pinto (2006, p. 15), Fernandes (2006, p. 15) e Roy (2007, p. 60), na utilização da terminologia “muçulmanos sociológicos”.

2 Em termos metodológicos, utiliza-se o termo jihadista para qualificar este tipo de terrorismo, evitando-se a utilização de qualquer vocábulo relacionado como o Islão – v.g., terrorismo islâmico. O objetivo é diferenciar e isolar estes extremistas de outros crentes islâmicos. De resto, este tipo de terrorismo tem interpretado a *Jihad* como guerra – que tem de ser feito por qualquer islâmico contra o Ocidente. Porém, a palavra Jihad significa esforço feito pelo crente para se realizar num muçulmano melhor, possuindo vários significados empregues em diversos contextos, podendo assumir uma aceção bélica em alguns cenários, se se verificarem determinadas condições – mas observando limites específicos. Por conseguinte, a utilização da terminologia “terrorismo jihadista”, serve para identificar aqueles indivíduos que manipulam o conceito de *jihad* para prosseguir a sua agenda – distinguindo-se da esmagadora maioria dos crentes que professam a religião islâmica. Na verdade, diversos autores utilizam esta designação como Vidino, Marone e Entenmann (2017, p. 19).

3 O presente artigo adota a designação, islamista (ativista), para fazer a distinção com islamita (crente islâmico). Sobre estas duas designações consultar Lopes (2010, p. 121).

4 A violência é entendida como o conceito de prática ou apologia de atos de terrorismo, usando o presente artigo a definição estribada na Decisão-Quadro n.º 2002/475/JAI, do Conselho Europeu, de 13 de junho de 2002, na redação dada pela Decisão-Quadro n.º 2008/919/JAI, do Conselho Europeu, de 28 de novembro de 2008.

Contudo, ambos partilham a mesma ideologia totalitária – Islamismo^{5 6} –, mas divergem na sua implementação: uns advogam o recurso à violência – islamista violento –, outros sustentam que tal estratégia é contraproducente – islamista não violento. Na realidade, conforme sublinham Baran e Tuohy (2011, p. 126), os islamistas não violentos, “(...) partilham os mesmos objetivos, legais, políticos e sociais dos seus colegas islamistas que praticam a violência”.

Desta problemática, coloca-se a seguinte questão: os islamistas não violentos podem ser parceiros do governo no processo de combate à radicalização no extremismo islâmico? Como estado da arte, duas perspetivas podem ser trazidas à liça: para Mandaville (2008, p. 1) qualquer governo não deve automaticamente descartar o potencial com uma parceria com grupos islamistas não violentos. É certo que, algumas das suas opiniões podem ser ofensivas, mas possuem uma legitimidade única e uma credibilidade junto das ruas que podem surtir mais efeito em jovens “muçulmanos sociológicos” que perfilham posições próximas de islamistas violentos. Sendo assim, estes islamistas não violentos funcionam como uma barreira (*Firewall*).

Em contraposição à ideia de os islamistas não violentos funcionarem como uma *Firewall*, alguns qualificam os islamistas não violentos como uma “escada rolante” para mais radicalização (Vidino, 2010, p. 220). No fundo, podem não promover explicitamente a violência, mas criam um clima de medo e de desconfiança no qual a violência pode ocorrer mais frequentemente, ao providenciar o “oxigénio moral” para a prática de atos terroristas jihadistas (Sagger, 2009). No fundo, advogam ideias separatistas e de confronto que, se forem dados a devida sequência lógica, levará à prática de atos de violência: “No mínimo, a retórica dos radicais providencia a música dançada pelos bombistas” (Manning e La Bau, 2008).

Desta breve análise, também é possível extrair a seguinte conclusão: conforme sublinham Bartlett, Birdwell e King (2010, p. 127), uma política governamental deve distinguir entre o processo de radicalização que leva à violência (radicalização violenta), da radicalização que não leva à violência (radicalização cognitiva)⁷.

Destarte, o presente artigo visa analisar a estratégia de combate à radicalização no extremismo islâmico na Grã-Bretanha – entre 2006 a 2015 –, tendo como pano de fundo a opção de cooperar com islamistas não violentos. Para o efeito serão alvo de

5 Entende-se por islamismo a “forma de teoria e prática política que tem como objetivo o estabelecimento de uma ordem política islâmica no sentido de um Estado cujos princípios de governação, instituições e sistema político deriva diretamente da sharia” Mandaville (2007, p. 57).

6 A utilização da terminologia: Fundamentalismo Islâmico, Islão Político e, mais recentemente, Islamismo pode suscitar alguma discussão entre os especialistas. Ora, Tibi (2009, p. 9) opta por não fazer distinções entre os três conceitos, concordando que aqueles podem ser utilizados com o mesmo sentido.

7 Os Serviços de Informações da Holanda foram dos primeiros a distinguir entre radicalização violenta da radicalização cognitiva (AIVD, 2004).

comparação as diferentes opções tomadas pelo Governo Trabalhista e pelo Governo de Coligação – entre o Partido Conservador e o Partido Liberal –, efetuando uma avaliação crítica. Será igualmente analisado um programa de combate à radicalização (*Channel*). Finalmente, numa ótica de *lessons learned*, será analisado o combate à radicalização no extremismo islâmico em relação a Portugal.

Para o efeito, utilizamos um método comparativo, baseado numa abordagem qualitativa que consistirá na comparação dos documentos oficiais provenientes da estratégia nacional contraterrorista implementada pela Grã-Bretanha (CONTEST) no período temporal previamente delimitado (2006-2015). Por outro lado, o presente artigo é composto por monografias e artigos – maioritariamente, fontes secundárias –, complementada por documentação que está disponível em fontes abertas na internet.

Estratégia Nacional Contraterrorista da Grã-Bretanha: Antecedentes

De todos os países europeus, a Grã-Bretanha é a que tem maior ameaça do terrorismo jihadista doméstico, seja por fluxo de indivíduos que vieram do sul da Ásia, nos anos 70 e 80, do século XX, assim como uma política externa muito alinhada com os EUA, que a encare como um alvo para grupos como a Al-Qaeda (Brandon e Vidino, 2012, p. 11). Em 2003, as autoridades britânicas estavam já bastante preocupadas com a radicalização no país apesar de nenhum grande atentado (até aquela data) tivesse sido cometido na Grã-Bretanha. Com efeito, alguns já se tinham evitado e a Al-Qaeda já mostrava a intenção de realizar ataques terroristas jihadistas na Grã-Bretanha. Inclusive diversos “muçulmanos sociológicos” a residir na Grã-Bretanha já se tinham deslocado para campos de treino no Paquistão (Brandon e Vidino, 2012, p. 11).

Em resultado disso, em 2003, a Grã-Bretanha lançou um pequeno projeto para combater a radicalização e prevenir o recrutamento para atos terroristas – foi o primeiro governo europeu a implementá-lo (Brandon e Vidino, 2012, p. 11). Pois bem, os atentados terroristas jihadistas de 7 de julho de 2005 fizeram as autoridades britânicas concluir que a ameaça não era apenas externa (exógena), sob a forma de terroristas que entram no país – mas também do interior (endógena). Na verdade, jovens “muçulmanos sociológicos” que estavam (aparentemente) integrados apareceram dispostos e capazes de perpetrar ataques terroristas jihadistas no país de acolhimento (Akerboom, 2011, p. 4).

Consequentemente, após os ataques terroristas jihadistas de 7 de julho de 2005, o governo da Grã-Bretanha entabulou uma série de consultas (e criou grupos de trabalho). O objetivo visava indagar das razões que levaram à radicalização de jovens “muçulmanos sociológicos” britânicos num programa denominado: “Preventing Extremism Together” – produzindo um relatório em outubro de 2005 (Home Office, 2005).

Porém, a maioria destes grupos de trabalhos era composta por indivíduos ligados ao Muslim Council of Britain (MCB)⁸, organização que fora escolhida pelo governo da Grã-Bretanha para encetar relações institucionais.⁹ As suas posições em determinadas matérias eram extremistas (Frampton e Maher, 2013, p. 38). De resto, as conclusões destes grupos de trabalho preconizavam um incremento do ensino do Islão (de uma determinada versão) em todo o sistema de ensino na Grã-Bretanha, assim como a alteração profunda (e de alinhamento) da política externa face aos EUA (Brandon, 2008).

Um dos participantes, Haras Rafiq, demitiu-se em protesto, alegando que as conclusões já tinham sido definidas ainda antes de as investigações sobre o fenómeno do processo de radicalização se terem iniciado – verberando ainda o facto de os membros estarem apenas a validar as conclusões (Brandon, 2008). Na verdade, a posição de Haras Rafiq¹⁰ foi uma, entre diversas, assaz cáusticas, acerca da opção de alguns membros do governo britânico de colaborar com islamistas não violentos em nome dum “imaginário imperativo de segurança” (Frampton e Maher, 2013, p. 38).

Estratégia Nacional Contraterrorista da Grã-Bretanha: CONTEST (2006-2011)

Em 2006, a Grã-Bretanha implementou o programa CONTEST composto por quatro pilares que refletem uma abordagem multidimensional do terrorismo e que são os seguintes (HM Government, 2006):

- O primeiro pilar (PURSUE) procura evitar os ataques terroristas. É o ramo de índole mais repressiva – com ênfase na ação das Forças e Serviços de Segurança, assim como nos Serviços e Agências de Informações;
 - O segundo pilar (PREVENT) tem como objetivo impedir que as pessoas apoiem ou pratiquem atos terroristas. Será neste pilar que a estratégia de combate à radicalização britânica se enquadrará;

8 A criação do MCB, em 1997, uma organização que aglomerava mais de 500 mesquitas e associações de “muçulmanos sociológicos”, teve um amplo apoio do governo de Tony Blair. Ora, o MCB teve o significado de, pela primeira vez, uma grande percentagem de crentes islâmicos (supostamente) puderem estar representados por uma grande organização que compreendia diversas sensibilidades da religião muçulmana, embora excluísse os muçulmanos seculares (Vidino, 2010, p. 122).

9 Sobre o apoio inicial conferido pelo governo trabalhista ao MCB, consultar Ekaterina (2015, pp. 195-202).

10 Ora, em resultado direto da experiência de como os islamistas não violentos dominaram as consultas e grupos de trabalho do “Preventing Extremism Together”, Haras Rafiq estabeleceu o seu grupo de trabalho denominado Sufi Muslim Council (SMC). Foi lançado em 19 de julho de 2006, num evento na qual esteve presente Hazel Blears, ministra das comunidades e governo local. Todavia, apesar do acesso que teve com decisores políticos, foi alvo de um ativismo intimidatório por parte de islamistas não violentos (Brandon, 2008).

- O terceiro pilar (PROTECT) visa reforçar a capacidade de proteção em caso de ataque;
- Finalmente, o último pilar (PREPARE), visa a mitigação do impacto caso ocorra um atentado terrorista.

Em síntese, o PREVENT tinha como principal preocupação lidar com os “muçulmanos sociológicos” na Grã-Bretanha. Inicialmente, este pilar circunscreveu o seu âmbito apenas na radicalização violenta. Em resultado dessa estratégia, o governo britânico escolheu organizações islamistas não violentas – como foi o caso do MCB –, porquanto a prioridade a curto prazo era reduzir a ameaça dos islamistas violentos (Rabasa *et al.*, 2010, p. 125).

Ora, esta premissa tinha como pressuposto que os islamistas não violentos teriam mais credibilidade e forneceriam mais informações sobre os islamistas violentos. Aquelas organizações discordavam dos valores da democracia, assim como defendiam aproximações teológicas bastante discutíveis. Porém, o ano de 2006 veio refrear esta opção: efetivamente as Forças e Serviços de Segurança descobriram e impediram um atentado terrorista jihadista no qual “muçulmanos sociológicos” a residir na Grã-Bretanha queriam detonar diversos engenhos explosivos líquidos em diversos aviões que voariam entre Londres e os EUA¹¹. Na verdade, a escala seria mais destrutiva do que o de 11 de setembro de 2001: ainda mais significativo foi a reação de alguns membros dentro do MCB, o qual culpou as políticas externas dos EUA e da Grã-Bretanha como as principais motivações dos terroristas.

Para o primeiro-ministro e diversos membros do seu gabinete esta foi uma posição demasiado ousada. Foi entendido que o MCB estava a legitimar a utilização do terrorismo – traçando equivalentes morais. Além disso, não estava a analisar, assim como a retirar conclusões, acerca das reais razões que levaram jovens “muçulmanos sociológicos” britânicos a radicalizarem-se (Frampton e Maher, 2013, p. 38). Deste modo, foram levantadas muitas preocupações e suspeições acerca da viabilidade do MCB como organização que o governo britânico deveria encetar uma relação institucional baseada na cooperação¹². Consequentemente, o governo britânico

11 Os membros desta célula foram detidos em 10 de agosto de 2006, e pretendiam detonar explosivos líquidos a bordo de aviões, pretendendo morrer no processo como mártires (Europol, 2008). Em setembro de 2009, três membros desta célula foram condenados a penas de prisão de longa duração.

12 Ao longo do tempo, membros do MCB envolveram-se em polémicas. Na verdade, em janeiro de 2006 (4 meses após a publicação dos 12 *cartoons* de Maomé) Iqbal Sacraine, produziu determinados comentários no que tange à homossexualidade numa estação radiofónica, referindo que era “maligna” e “não aceitável”. Concomitantemente, de acordo com evidência científica por ele citada, a homossexualidade levava a “doenças e infeções” (Ash, 2017,262). Ainda no ano de 2006, Iqbal Sacraine recusou a presença na comemoração do dia do Holocausto, sustentando que era melhor substituir aquela comemoração, pelo dia do Genocídio. Em síntese,

entendeu reequilibrar a balança ao dar apoio a outras organizações islâmicas que tivessem uma implementação mais local (Frampton e Maher, 2013, p. 38).

De igual modo, em 2009, foi aprovada uma segunda versão do CONTEST, no qual foi ampliado o papel de PREVENT, no sentido de não apenas combater a radicalização violenta, mas igualmente a radicalização cognitiva (HM Government, 2009, p. 11). Perante este enquadramento será que esta alteração foi implementada na sua plenitude?

Efetivamente foi pouco eficaz devido à falta de conhecimento da ideologia do Islamismo por parte dos funcionários, que comprometeram os objetivos gizados. Na verdade, respeitante aos critérios para lidar com organizações islâmicas, de acordo com a nova redação do PREVENT, podem ser apontadas três críticas:

1. Apenas constam três páginas contendo critérios muito vagos e abstratos (Maher e Frampton, 2009, p. 29).
2. O governo britânico ao colocar as autoridades locais no centro da prevenção, está a pedir aos municípios algo bastante difícil. Afinal como definir o extremismo não violento na ausência de um sistema de informações. Ademais, não foram identificadas organizações de “muçulmanos sociológicos” moderados com quem se pode colaborar (Maher e Frampton, 2009, p. 38).
3. Se tanta responsabilidade é endereçada às autoridades locais, de que forma é monitorizado e controlado a nível governamental? E a quem prestam contas os municípios? (Maher e Frampton, 2009, p. 45).

Estratégia Nacional Contrterrorista da Grã-Bretanha: CONTEST (2011-2015)

Em resultado do resultado eleitoral em maio de 2010, foi formada uma coligação governamental – formada pelo Partido Conservador e pelo Partido Liberal –, e nomeado um novo primeiro-ministro, David Cameron, que substituiu o anterior, Gordon Brown, pertencente ao Partido Trabalhista.

De resto, quando estava na oposição, David Cameron apontou três ordens de críticas ao CONTEST: a primeira consubstanciou-se na opção do governo trabalhista de trabalhar com grupos islamistas não violentos.

Em segundo lugar, criticou o gasto desnecessário de dinheiros públicos em monitorização e avaliação de projetos – sem relevância para o combate à radicalização no extremismo islâmico.

Em terceiro lugar, sustentava que a estratégia de combate à radicalização devia ser retirada dos “muçulmanos sociológicos” em geral para se centrar em locais especí-

alegou que os “muçulmanos sociológicos” sentiam-se excluídos pelo facto de as suas vidas não terem o mesmo valor daquelas que foram perdidas no Holocausto (Bruckner, 2017, pp. 88-89).

ficos em que a propaganda jihadista está mais presente. No que diz respeito a esta última crítica, o argumento adstrito à anterior redação do PREVENT, consubstancia-se numa simples premissa: quem derrota o terrorismo são as comunidades – e não apenas a legislação vigente. O problema é que pode estigmatizar toda uma comunidade quando se está totalmente centrada na mesma (Bartlett, Birdwell e King, 2010, p. 8). Em resultado da nova política, em outubro de 2010, foi aprovada uma nova Estratégia de Defesa e Segurança Nacional: Strategic Defence and Security Review (SDSR).

No discurso proferido em fevereiro de 2011 em Munique, David Cameron¹³, transmitiu a nova política que iria ser encetada pelo governo que liderava. De facto, referiu que não ia cooperar com organizações islamistas não violentas no sentido de lhes fornecer dinheiros públicos¹⁴. Era fundamental combater a ideologia (Islamismo) e não apenas a sua manifestação através da violência. Ademais, criticou a utilização de islamistas (não violentos) contra os islamistas (violentos), porquanto seria como pedir a um “(...) partido fascista para combater um movimento nacionalista de supremacia branca” (Cameron, 2011).

Em resultado da nova opção tornada pública, em julho de 2011, foi aprovada uma 3.^a versão do CONTEST, para vigorar até 2015 (HM Government, 2011, p. 7), destacando-se quatro ideias chave. Em primeiro lugar, o âmbito do PREVENT foi alargado para incluir o combate à radicalização cognitiva, pelo que a radicalização terá de confrontar ideias extremistas que fazem parte da narrativa terrorista. E o que se entende por confrontar? Contrariar significa que as ideias extremistas estão sujeitas a escrutínio – e a debate público (HM Government, 2011, p. 9). No fundo, a ideia chave atinente à revisão do PREVENT veio sustentar que “todos os grupos terroristas têm uma ideologia”. Destarte, a ideia primordial foi expressa nos seguintes moldes:

“Acreditamos que o trabalho desenvolvido até à presente data pelo PREVENT não reconheceu cabalmente o papel desempenhado por algumas ideologias terroristas e o uso dado por ideias extremistas que são disseminadas, aparentemente, por organizações não violentas, amiúde, operando dentro da legalidade (...) para prevenir a radicalização implica contestar as ideias extremistas que conduzem ao terrorismo e que fazem parte da narrativa terrorista” (HM Government, 2011, p. 12) (sublinhado nosso).

13 O discurso de Munique de David Cameron abarcou quase todas as sugestões de Maajid Nawaz (2012) no sentido de distinguir o Islão e o Islamismo, assim como alertar para o perigo da radicalização cognitiva.

14 No citado discurso, David Cameron, questiona se não causaria indignação, caso fundamentalistas cristãos que sustentam que os “muçulmanos sociológicos” são a fonte de todos os problemas, fossem autorizados a liderar orações nos estabelecimentos prisionais. No mesmo discurso, questiona se não causaria também indignação se fosse permitido que grupos de extrema-direita recebessem dinheiros públicos com a promessa de afastarem jovens brancos de serem recrutados para o terrorismo fascista (Cameron, 2011).

Em segundo lugar, foi extinto o financiamento de dinheiros públicos para projetos considerados irrelevantes para os objetivos de combate à radicalização e que, ao invés, são enquadráveis em propósitos que visem o reforço da coesão social.

Em terceiro lugar, deixou de financiar ou trabalhar com grupos islamistas não violentos (HM Government, 2011, p.10).

Finalmente, em último lugar, a pertença a uma comunidade religiosa conservadora não implica que seja um risco para a segurança nacional (HM Government, 2011, p. 27). Nessa linha de raciocínio, os esforços de combate à radicalização também deixaram de estar exclusivamente centrados no combate ao extremismo em nome do Islão. Realmente, também passou a encarar como ameaças outras formas de extremismo, como de extrema-direita (HM Government, 2011, p. 25).

Como último apontamento, resta acrescentar que, em abril de 2014, o antigo primeiro-ministro Tony Blair (2014) também concordou com o combate à radicalização cognitiva.

Programa *Channel* (2007-2015)

A origem deste programa remonta a 2007 num projeto-piloto e tem sido muito valorizado pelos sucessivos governos britânicos, no âmbito do combate à radicalização (Briggs, 2010). Importa analisar o citado programa numa vertente tríplice: objetivo e organização; sinalização e escolha dos parceiros.

No que tange ao objetivo do programa, aquele consiste em evitar que indivíduos vulneráveis a mensagens extremistas assimilem as mesmas, procurando-se que essa intervenção seja o mais precoce possível (Briggs 2010). No que tange à respetiva organização, o programa envolve a colaboração de diversas agências abrangendo 75 autoridades locais – composta por uma série de trabalhadores provenientes de escolas, centros de detenção juvenis – e 12 autoridades de Forças e Serviços de Segurança em Inglaterra e em Gales. Todavia, em todas as áreas abrangidas pelo *Channel*, a coordenação pertence a um elemento que integra uma Força e Serviço de Segurança responsável pela sua implementação (HM Government, 2015b).

No respeitante à sinalização, independentemente da proveniência da denúncia – v.g., pode ser efetuada por uma série de organizações e profissionais de primeira linha ou indivíduos da sociedade civil –, a respetiva triagem terá de ser validada por um elemento pertencente a uma Força ou Serviço de Segurança. Caso esta triagem seja positiva, o caso é encaminhado para um painel composto por elementos possuidores de várias valências (HM Government, 2015b). Aliás, esta intervenção é composta por três vetores fundamentais: identificação dos indivíduos que estão em risco de extremismo violento; identificação da natureza do risco e desenvolvimento de um conjunto de ferramentas de intervenções (HM Government, 2015b, p. 5).

E como se afere a vulnerabilidade? Aquela é constituída com base em três critérios: envolvimento com um grupo, causa ou ideologia¹⁵; intenção para causar dano¹⁶; e capacidade para causar dano¹⁷, sendo avaliados com base em 22 fatores (HM Government, 2015b, p. 11).

Após a análise da situação do indivíduo, o painel é responsável por desenvolver medidas de apoio adequadas ao caso, e que possuem um espectro relativamente alargado. De facto, entre as medidas que podem ser implementadas destacam-se, entre outras, atividades de apoio social – v.g., obtenção de arrendamento, emprego; terapias comportamentais; envolvimento cívico; apoio de mentores, podendo até incluir discussões teológicas (HM Government, 2015b). No que diz respeito aos destinatários importa salientar que não são apenas abrangidos os indivíduos considerados vulneráveis ao extremismo violento. De resto, também abrange os indivíduos que têm grande capacidade de influência sobre os outros. Por último, urge trazer à colação que este programa não aborda indivíduos detidos ou presos (HM Government, 2015b).

Finalmente, no que tange à escolha dos parceiros, apesar de os coordenadores do *Channel* possuírem bastante liberdade de ação, nomeadamente na escolha dos parceiros das intervenções, o programa não pode ser retirado do contexto mais alargado, sobretudo enquanto componente da estratégia PREVENT. Efetivamente, a revisão de 2011, já descrita anteriormente, no que respeita à colaboração com organizações que não partilham os “valores britânicos”, limitou uma miríade de parceiras que se tinham desenvolvido a nível local. Por conseguinte, embora não tenha sido excluído o financiamento a organizações religiosas, estas não poderão promover ideais consideradas extremistas quando comparados com os valores essenciais da Grã-Bretanha (Choudhury, 2012).

15 Como exemplo de indicadores salientam-se os seguintes: passar tempo na companhia de outros extremistas suspeitos; altera o seu vestuário de acordo com o grupo; perda de interesse nos amigos ou atividades não associadas à ideologia extremista, grupo ou causa; posse de material ou símbolos associados a uma causa extremista (HM Government, 2015b, p. 12).

16 Como exemplo de indicadores de que um indivíduo tem a intenção de causar dano, usar a violência ou outro meio, apontam-se os seguintes: usar nomes difamatórios ou preconceituosos para qualificar outros grupos; expressar atitudes ofensivas em nome de um grupo, causa ou ideologia; apoiar o uso da violência contra outros indivíduos; conspirar com outros (HM Government, 2015b, p. 12).

17 Como indicadores de que um indivíduo é capaz de causar dano – ou contribuir direta ou indiretamente para um ato de terrorismo – inclui-se: possuir um historial de violência; usar redes criminosas para apoiar os seus objetivos extremistas; possuir valências que podem ser utilizadas como conhecimento de químicos, treino militar (HM Government, 2015b, p. 12).

Análise Crítica ao CONTEST (2006-2011)

Como primeiro apontamento, urge salientar que a estratégia do combate à radicalização na Grã-Bretanha teve amplo financiamento, mas a sua implementação em prática colocou problemas: na verdade, teve menos impacto proporcionalmente ao tempo e recursos investidos. De igual forma, foi implementado demasiado rápido, devido a uma enorme pressão pública, sem a existência de estudo sobre o fenómeno da radicalização. De igual modo, também não foi previsto nenhum mecanismo de avaliação interna (Vidino e Brandon, 2012, p. 24).

Outro problema consistiu na pouca definição de critérios na escolha de parceiros, assim como no financiamento de programas. Neste cenário, após a revisão do CONTEST de 2009, foi referido que se devia evitar o financiamento de organizações islamistas que tivessem valores contrários aos valores britânicos. Porém, não foram fornecidas aos funcionários as ferramentas necessárias que permitam distinguir os “muçulmanos sociológicos” moderados¹⁸ dos islamistas não violentos.

Por outro lado, o pilar do PREVENT assentava numa estratégia bastante descentralizada, o qual conferia bastantes competências às autoridades locais para financiar organizações, mas sem lhe providenciar uma orientação cuidada. Inclusivamente, ao colocar as autoridades locais no centro da prevenção, o governo estava a solicitar aos municípios algo difícil de alcançar. Afinal, como combater o extremismo na ausência de um sistema de informações, e como identificar os moderados? (Maher e Frampton, 2009, p. 37).

Na realidade, os trabalhadores do programa PREVENT possuíam um conhecimento exíguo do fenómeno da radicalização ou até do Islão (e das suas realidades complexas) e involuntariamente autorizaram o financiamento de organizações islamistas não violentas (Vidino e Brandon, 2012, p. 21). Complementando este último entendimento, até à publicação da 3.^a versão do CONTEST (junho de 2011), o governo britânico não fornecia nenhum tipo de orientação, suficientemente clara e congruente, sobre como os trabalhadores deviam lidar com certas organizações islamistas não violentas.

Por conseguinte, se os critérios para financiamento eram vagos e abstratos, de que forma esta situação se processou? Verificaram-se erros? Consequentemente urge analisar a questão suscitada numa dupla perspetiva:

Foram financiadas organizações islamistas não violentas?

18 Conforme aponta Tibi (2009, p. 11), um critério que permite distinguir um islamista e um crente islâmico moderado consubstancia-se no seguinte: se afirma que o Islão é uma ordem política é um islamista. Caso advogue que o Islão é uma fé, então estaremos na presença de um crente islâmico moderado. A título de exemplo, al-Qaradawi é qualificado como islamista pois sustenta que o Islão é um sistema político que abarca todos os aspetos da vida do indivíduo.

Houve programas financiados que não estavam inseridos numa lógica de combate à radicalização, visando sinalizar e ajudar indivíduos em risco de radicalização, mas outrossim em programas sociais?

No que tange à primeira questão por nós suscitada, importa trazer à colação que mais de 45 milhões de libras foram aplicados na estratégia de prevenir o extremismo violento, entre 2008 e 2010, repartidos entre diversos ministérios (Bartlett, Birdwell e King, 2010, p. 8), o que chegou a incluir o financiamento de organizações consideradas extremistas (Maher e Frampton, 2009, p. 33).

Na verdade, em 2006/2007, a Fundação Córdoba¹⁹ recebeu £34,000 para prestar serviços no âmbito do combate à radicalização. Esta fundação tinha como missão traduzir as obras de Sayyid Mawdudi (islamista), sendo de salientar que aquela fundação teve um amplo ativismo aquando da publicação dos “versículos satânicos” de Salmon Rushdie. Em defesa do financiamento da citada fundação, O’Toole, Jones e Dehannas (2011, p. 6), sustentam que a posição daquela fundação já foi alterada em relação à questão dos “versículos satânicos”, pelo que, não devia merecer desaprovação o seu financiamento. Ora, esta posição merece reparos, porquanto o escopo e as ideias extremistas da citada fundação subsistem; afinal Sayyid Mawdudi (1903-1979) foi sempre um islamista cujas ideias extremistas até influenciaram uma série de terroristas jihadistas ao longo dos tempos. Ademais, sempre defendeu a implementação de um Estado Islâmico, que diversos autores qualificam como totalitário²⁰.

De igual forma, em 2006, foi criada a Mosque and Imams National Advisory Board (MINAB), composta por quatro organizações, uma delas ligada à Irmandade Muçulmana, às quais o governo britânico concedeu £75.600,00 em 2007/2008 e mais £116.000,00 em 2008/2009 (TaxPayers Alliance, 2009).

Perante isto, é possível afiançar que determinadas organizações ligadas à Irmandade Muçulmana²¹, em termos ideológicos receberam dinheiro do PREVENT (Frampton e Maher, 2013, 40).

19 Um dos fundadores daquela fundação foi Anas Altikriti, que pretendeu também boicotar o dia do memorial ao Holocausto, tal como já o fizera Iqbal Sacraïne (Maher e Frampton, 2009,13).

20 Por outro lado, Tibi (1998, pp. 77-78) sustenta que o modelo de Estado Islâmico (EI) gizado por Mawdudi era totalitário, e que as suas posições não podiam ser consideradas como um esforço para islamizar a democracia – mas eram, sim, contra o próprio conceito de democracia.

21 Vidino (2010, p. 53) sustenta que será mais correto utilizar a expressão “Novos Irmãos Ocidentais” (sublinhado nosso) para referir as suas conexões com a Irmandade Muçulmana, embora sem a existência formal de uma dependência hierárquica ou a outro ramo da Irmandade Muçulmana no Oriente. Na realidade, a Irmandade Muçulmana tem tido muito sucesso entre os “muçulmanos sociológicos”, não devido à sua filiação formal – que geralmente é limitada, nas pessoas coletivas que se identificam como tal –, mas devido à sua difusão cultural no Ocidente (Vidino, 2010, p. 54). A título de exemplo, Yusuf al-Qaradawi, não é membro da Irmandade Muçulmana – mas foi formado de acordo com a sua doutrina (Vidino, 2010, p. 42).

No que tange à segunda questão por nós colocada, como primeira referência importa salientar que, o financiamento do pilar PREVENT estava diretamente ligado à dimensão populacional de “muçulmanos sociológicos” a nível local – e não estava baseado no risco (Bartlett, Birdwell e King, 2010, p. 10). Ademais, verificava-se um dilema: os que aceitavam o dinheiro eram encarados como cúmplices do governo; por outro lado, quem não aceitava era visto como possível extremista (Bartlett, Birdwell e King, 2010, p. 10).

Ora, a atribuição de cerca de 5 mil libras para uma mesquita fornecer “RAP workshops e almoços”, ou o financiamento de 9 mil libras a um clube de basquetebol, e 10 mil libras para um clube de críquete a associações de jovens “muçulmanos sociológicos”, entre muitos outros exemplos, são bastante questionáveis. Afinal, alguns dos indivíduos destas associações estavam sinalizados, em termos de risco? Estas atividades contribuíam para o combate à radicalização no extremismo islâmico? Estes exemplos, entre outros, levam Vidino e Brandon (2012, p. 14) a questionar esta atribuição de dinheiros públicos.

Efetivamente, foi implementada uma miríade de iniciativas locais dirigida a jovens “muçulmanos sociológicos”, desde projetos de teatro, *roadshows* de autoridades religiosas, de organizações de mulheres islâmicas, passando por ajudas a crentes islâmicos jovens. Estas formas, não podiam ser qualificadas como estando inseridas num programa de combate à radicalização. Inclusivamente, isto teve o efeito de frustrar os não crentes islâmicos que não eram financiados com dinheiros públicos, mesmo se tivessem o mesmo tipo de necessidades (O’Toole, Jones e Dehannas, 2011, 3). Da mesma maneira, ao qualificar projetos que tradicionalmente eram considerados como programas sociais, como parte de um novo programa de combate à radicalização, levou diversas organizações na Grã-Bretanha a boicotar todo o programa PREVENT.

Em consequência, o muito publicitado fornecimento de fundos públicos para grupos e clubes de jovens “muçulmanos sociológicos”, sem nenhum cariz de combate ao fenómeno da radicalização, teve efeitos negativos. Na realidade, agravou as tensões entre “muçulmanos sociológicos” e outros grupos étnicos e religiosos, particularmente em zonas economicamente desfavorecidas. Inclusivamente, uma das maiores organizações Sikh da Grã-Bretanha escreveu ao parlamento inglês assinando o seguinte: “As iniciativas dirigidas às comunidades islâmicas, em vez de resolver os problemas em questão, estão a produzir um sentimento de ‘vitimização’ entre os muçulmanos e um crescente ressentimento e marginalização noutras comunidades” (Vidino e Brandon, 2012, p. 16).

Análise Crítica ao CONTEST (2011-2015)

No que tange à implementação da 3.^a versão do CONTEST, a sua revisão reduziu as ambições originais e visou reforçar algumas áreas geográficas específicas – v.g.,

locais mais propensos aos fenômenos da radicalização, como mesquitas, universidades, estabelecimentos prisionais e a internet – e também direcionadas para o combate à radicalização (Vidino e Brandon, 2012, p. 24).

Desta forma, na sua redação atual, como aspetos positivos, o programa reconhece a importância de inúmeros departamentos governamentais para reforçar o trabalho de combate à radicalização, envolvendo escolas, estabelecimentos prisionais, Forças e Serviços de Segurança e universidades. Este programa demonstra que uma miríade de funcionários do Estado pode dar o seu contributo, por exemplo ao identificar aqueles em risco de radicalização (Vidino e Brandon, 2012, p. 25).

Conforme já assinalado, inicialmente o programa PREVENT não possuía o pessoal com treino especializado. A partir de 2011, apostou-se no treino do pessoal para entender o processo de radicalização no extremismo islâmico – quer a radicalização cognitiva, quer a radicalização violenta –, assim como as diferentes tendências dos grupos islâmicos e como interagir com os diferentes grupos islâmicos (Vidino e Brandon, 2012, p. 25).

Igualmente verificou-se uma maior orientação e supervisão ao nível do governo central, sendo que ao princípio, a nível local, se denotava a falta de instruções e orientações (Vidino e Brandon, 2012, p. 25). Além disso, foi implementada a rejeição de financiamento ou de cooperação com islamistas não violentos – reconhecendo o programa expressamente essa realidade (Vidino e Brandon, 2012, p. 26). Pode dizer-se, com efeito, que se verificou a preocupação na defesa contra a infiltração – *entryism* –, a experiência da Grã-Bretanha demonstra que os islamistas podem aproveitar-se do programa e monopolizar os programas de combate à radicalização. Deste modo, os técnicos têm de ter esse conhecimento – assim como possuir a adequada formação – com o objetivo de remover os islamistas não violentos que penetraram nestes programas (Vidino e Brandon, 2012, p. 26).

Finalmente, foi encetado uma maior distinção – e conseqüente não financiamento ao abrigo do CONTEST – entre programas centrados em esforços de coesão social e trabalho, mas no qual não existe nenhum indivíduo em risco, e programas centrados no combate à radicalização (Vidino e Brandon, 2012, p. 71).

Análise Crítica ao *Channel* (2007-2015)

Em termos genéricos, um programa de combate à radicalização não está isento de dificuldades de avaliação dos seus resultados, identificando-se as seguintes três situações: dificuldade de avaliação do seu sucesso – v.g., não envolvimento em ato terrorista passado determinado tempo; dificuldade de colaboração por parte do visado se não envolver benefícios e dificuldade de validação do resultado final, pois um indivíduo pode “simular” que alterou o seu comportamento, para deixar de estar sob vigilância das autoridades. O certo é que, respeitante à radicalização

violenta, antigos terroristas jihadistas abandonaram as suas visões radicais e até publicaram as suas memórias, salientando-se Shoebat (2005), Collins (2006) e Sallem (2009). Assinale-se o exemplo de Norman Benotman, antigo comandante do Grupo de Combate Islâmico Líbio (GCIL), que o abandonou após o 11 de setembro de 2001 – tendo posteriormente condenado as ações da Al-Qaeda numa carta aberta a al-Zawahiri, apontando as contradições do ponto de vista teológico.

Inicialmente, o programa *Channel* cometeu diversos erros porquanto em determinadas situações não conseguiu distinguir islamistas não violentos dos crentes islâmicos moderados. Concomitantemente foram denunciados indivíduos quando nenhum processo de radicalização estava em causa (Brandon e Vidino, 2012, p. 20). Contudo, se estas críticas eram judiciosas, esses lapsos iniciais decorreram das falhas inicialmente apontadas ao PREVENT no sentido de não fornecer orientações claras, congruentes e suficientes que permitissem distinguir entre crentes islâmicos moderados dos islamistas não violentos.

Como tal, sempre se dirá que, face ao sucesso do programa, desde abril de 2012 foi ampliado à totalidade de Inglaterra e País de Gales (HM Government, 2015b). Consequentemente, foi aumentado exponencialmente o número de indivíduos abrangidos pelo programa. Até à sua expansão nacional em abril de 2012, 400 indivíduos receberam ajuda daquele programa. Posteriormente, até 31 de dezembro de 2013, aumentou para 1.600 (HM Government, 2014, p. 13). Ademais, quando comparado com outros programas similares a nível europeu, é patente que a sua escala é bastante mais ampla (Brandon e Vidino, 2012). Além disso, como o *Channel*, abarca vários tipos de extremismo – v.g., extrema-direita – ajuda a contrariar a perceção de que o PREVENT se foca exclusivamente nos “muçulmanos sociológicos”²². Como último apontamento, acerca da importância deste programa, sempre se dirá que, após o aumento do nível de ameaça, em agosto de 2014 foi criado o The Counter Terrorism and Security Act 2015. Destarte, foi previsto a colocação compulsiva de indivíduos no programa *Channel*, especialmente aqueles que tivessem estado no Teatro de Operações (TO) do DAESH (HM Government, 2015, p. 13).

Por conseguinte, pelas razões expostas, diversos especialistas defendem que se qualifique o *Channel*, como um programa bem-sucedido (Vidino e Brandon, 2012, p. 25).

A Estratégia de Combate à Radicalização na Legislação Portuguesa: Análise Crítica

A Resolução do Conselho de Ministro (RCM) n.º 7-A/2015, de 20 de fevereiro, aprovou a Estratégia Nacional de Combate ao Terrorismo, composto por cinco pilares e que seguidamente se identificam: detetar; prevenir; proteger; perseguir e respon-

22 A título de exemplo, em 2015, 15% dos indivíduos denunciados ao *Channel* eram de extrema-direita e 70% ligados ao extremismo islâmico (HM Government, 2016a, p. 7).

der. Centremos a nossa atenção no segundo pilar: prevenir, mormente a densificação efetuada pela sobredita RCM.

Como primeiro apontamento, o pilar prevenir não abarca o combate à radicalização cognitiva, ao contrário do que sucede na Grã-Bretanha: como consabido a partir de junho de 2011, o CONTEST foi alterado para combater a ideologia subjacente ao extremismo islâmico. De igual modo, desconhece-se a existência de qualquer programa “oficial” – patrocinado pelo governo – de combate à radicalização, baseado na RCM n.º 7-A/2015 de 20 de fevereiro, não existindo assim uma espécie de programa *Channel*²³. Segundo a mesma linha de raciocínio, não existe documento oficial que densifique (com a devida pormenorização) os cinco pilares. Afinal, como podem surgir programas de combate à radicalização eficazes sem a devida densificação?²⁴

Para evitar o fenómeno da radicalização e recrutamento, uma das medidas inseridas no pilar prevenir consiste em: “combater as situações de exclusão social, em especial aquelas que se manifestam em zonas mais problemáticas, como sucede com as situadas nas periferias das grandes urbes” (sublinhado nosso). Pois bem, esta asserção merece amplos reparos assente em três premissas.

Em primeiro lugar, a pobreza e/ou exclusão social não é causa de radicalização no extremismo islâmico no mundo ocidental²⁵, e as amostras de estudos dedicados ao fenómeno da radicalização, que analisam os perfis de terroristas jihadistas, desmentem essa realidade²⁶.

23 Na verdade, na Grã-Bretanha, o Programa *Channel*, apesar de voluntário é de frequência obrigatória para todos aqueles que regressem da Síria, sendo importante que os governos europeus (incluindo Portugal) se debruçem numa ótica de *lessons learned*. De resto, a questão de frequentar programas de combate à radicalização não é uma situação nova: após a Segunda Guerra Mundial, as forças aliadas depararam-se com militares e uma população civil alemã que tinha sido profundamente doutrinado e radicalizado no nazismo. Autores, como Judt (2017, pp. 82-87), questionam a eficácia dos programas implementados pelos aliados.

24 A título de exemplo, as autoridades da Grã-Bretanha autonomizam o pilar do PREVENT, disponibilizando documentos (composto por dezenas de páginas). A título de exemplo, o catálogo de treino para indivíduos engloba questões do tipo: como contrariar a narrativa extremista; distinguir o Islão e uma ideologia extremista (HM Government, 2016b).

25 Inclusivamente, em sentido oposto, existe mais recetividade por ideias extremistas em indivíduos com maior educação e sucesso económico, sendo que essa dinâmica está comprovada em diversos estudos (Vidino, Marone e Entenmann, 2017, p. 78). Na realidade, a presença de agentes radicalizadores, como são as redes de militantes islamistas – ao invés da má integração e condições socioeconómicas –, é um dos fatores mais importantes na identificação de padrões do processo de radicalização no extremismo islâmico (Vidino, Marone e Entenmann, 2017, p. 92).

26 Tal premissa não é corroborada pela análise socioeconómica do perfil dos indivíduos, especialmente se levarmos em linha de conta as amostras dos modelos, entre outros, de Silber e Bhatt (2007) e de Sageman (2008).

Em segundo lugar, pretende-se evitar os erros que sucederam aquando da aplicação inicial do CONTEST (2006-2011): existe uma distinção entre programas de reforço de coesão social e programas de combate à radicalização.²⁷

Em terceiro lugar, os denominados locais propícios a fenómenos do processo de radicalização no extremismo islâmico centram-se em quatro lugares estratégicos: mesquitas; universidades; estabelecimentos prisionais e a internet, pelo que as “(...) periferias de grandes urbes», não se enquadram nesse âmbito e até tem efeitos contraproducentes – a sua monotorização excessiva”²⁸.

Notas Conclusivas

Inicialmente (2006-2011), a estratégia de combate à radicalização no extremismo islâmico implementado pela Grã-Bretanha (PREVENT) apenas incidia na radicalização violenta e foram efetuadas colaborações com grupos islamistas não violentos – financiados com dinheiros públicos.

Posteriormente (2011-2015), com a formação do governo de coligação, foi alargado o PREVENT ao combate à radicalização cognitiva no extremismo islâmico e deixaram de ser financiadas – com dinheiros públicos – organizações islamistas não violentas.

Numa ótica de *lessons learned* a RCM n.º 7-A/2015 de 20 de fevereiro, não leva em linha de conta a experiência do CONTEST, repetindo os erros que foram corrigidos aquando da entrada em vigor da sua 3.ª versão em junho de 2011.

Bibliografia

Akerboom, E. S., 2011. *Ten years of Dutch Counterterrorism Policy*. National Coordinator for Counterterrorism and Security.

Algemene Inlichtingen – en Veiligheidsdienst (AIVD), 2004. *From Dawa to Jihad: The Various Threats From Radical Islam to the Democratic Legal Order* [pdf]. The Hague: General Intelligence and Security Service. Disponível em Federation of American Scientists [website]

27 Conforme assinalado no presente artigo, ao abrigo do CONTEST foram financiados com dinheiros públicos programas sociais, quando nenhum dos indivíduos envolvidos estava em situação de risco de radicalização. Veja-se a grelha de identificadores do *Channel*, sobre um indivíduo em risco de radicalização.

28 Nesta medida, havia a perceção que o financiamento vindo do PREVENT era uma forma de recolher informações sobre os “muçulmanos sociológicos” (O’Toole, Jones e Dehannas, 2011, p. 3). A título de exemplo, o projeto *Champion* consistiu na colocação de 216 câmaras de circuito fechado em duas áreas da cidade de Birmingham onde os “muçulmanos sociológicos” estão concentrados: Sparbrook e Washwood Heath. Ora, se o propósito era a prevenção da criminalidade em geral, o certo é que foi financiado pelo Ministério do Interior, o que causou desconforto nos “muçulmanos sociológicos” locais (Bartlett, Birdwell e King, 2010, p. 3).

- <http://www.fas.org/irp/world/netherlands/Dawa.pdf> [data de último acesso em 23 de maio de 2014].
- Ash, T. G., 2017. *Liberdade de Expressão. Dez Princípios Para um Mundo Interligado*. Lisboa: Temas e Debates/Círculo de Leitores.
- Baran, Z. e Tuohy, E., 2011. *Citizen Islam. The Future of Muslim Integration in the West*. Nova Iorque: Continuum International Pub. Group.
- Bartlett, J., Birdwell, J. e King, M., 2010. *The Edge of Violence: A Radical Approach to Extremism* [pdf]. Disponível em DEMOS [website] http://www.demos.co.uk/files/Edge_of_Violence_-_web.pdf [data de último acesso em 11 de junho de 2011].
- Blair, T., 2014. Tony Blair's speech on the Middle East: full text. *New Statesman* [em linha], 23 de abril. Disponível em: <http://www.newstatesman.com/politics/2014/04/tony-blairs-speech-middle-east-full-text> [data de último acesso em 23 de janeiro de 2016].
- Brandon, J., 2008. The UK's Experience in Counter-Radicalization. *CTC Sentinel*, 1(5), pp. 10-12. Disponível em: <https://ctc.usma.edu/app/uploads/2010/07/CTCSentinel-Vol1Iss5.pdf> [data de último acesso em 22 de março de 2017].
- Brandon, J. e Vidino, L., 2012. European Experiences in Counterradicalization. *CTC Sentinel*, 5(6). Disponível em: <https://ctc.usma.edu/app/uploads/2012/06/CTCSentinel-Vol5Iss66.pdf> [data de último acesso em 15 de setembro de 2012].
- Briggs, R., 2010. Community Engagement for Counterterrorism: Lessons from the United Kingdom. *International Affairs*, 86(4), pp. 971-981.
- Bruckner, P., 2017. *Um Racismo Imaginário: Islamofobia e Culpabilidade*. Lisboa: Gradiva.
- Cameron, D., 2011. PM's speech at Munich Security Conference. *Gov.UK* [em linha], publicado a 5 de fevereiro. Disponível em: <https://www.gov.uk/government/speeches/pms-speech-at-munich-security-conference> [data de último acesso em 22 de março de 2019].
- Collins, A., 2006. *My Jihad: The True Story of an American Mujahid's Amazing Journey*. Manas Publications.
- Ekaterina, B., 2015. The Muslim Council of Britain and its Engagement with the British Political Establishment. Em Timothy Peace, ed., *Muslims and Political Participation in Britain*. Londres: Routledge, pp. 195-210.
- Europol, 2008. *EU Terrorism Situation and Trend Report 2007* [pdf]. Disponível em Europol [website] http://www.europol.europa.eu/publications/EU_Terrorism_Situation_and_Trend_Report_TE-SAT/TE-SAT2007.pdf [data de último acesso em 23 de julho de 2007].
- Fernandes, J. P. T., 2006, *Islamismo e Multiculturalismo: As Ideologias Após o Fim da História*. Coimbra: Almedina.
- Frampton, M. e Maher, S., 2013. Between 'Engagement' and a 'Values-Led' Approach: Britain and the Muslim Brotherhood from 9/11 to the Arab Spring. Em Lorenzo Vidino, ed., *The West and the Muslim Brotherhood after the Arab Spring*. Al Mesbar Studies & Research Centre and the Foreign Policy Research Institute, pp. 32-57.

- HM Government, 2016a. *CONTEST The United Kingdom's Strategy for Countering Terrorism: Annual Report for 2015*. Julho. Londres: The Stationery Office. Disponível em: https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/539683/55469_Cm_9310_Web_Accessible_v0.11.pdf [data de último acesso em 23 de julho de 2017].
- HM Government, 2016b. *Prevent: Training catalogue*. Março. Disponível em: https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/503973/Prevent_Training_catalogue_-_March_2016.pdf [data de último acesso em 22 de junho de 2019].
- HM Government, 2015a. *CONTEST The United Kingdom's Strategy for Countering Terrorism: Annual Report for 2014*. Março de 2015. Londres: The Stationery Office. Disponível em: https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/415708/contest_annual_report_for_2014.pdf [data de último acesso em 30 de julho de 2015].
- HM Government, 2015b. *Channel Duty Guidance. Protecting vulnerable people from being drawn into terrorism: Statutory guidance for Channel panel members and partners of local panels*. Disponível em: https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/425189/Channel_Duty_Guidance_April_2015.pdf [data de último acesso em 28 de julho de 2019].
- HM Government, 2011. *CONTEST: The United Kingdom's Strategy For Countering Terrorism*. Julho. Home Office. https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/97994/contest-summary.pdf [data de último acesso em 30 de julho de 2012].
- HM Government, 2010. *CONTEST: The United Kingdom's Strategy For Countering Terrorism*. Home Office. Disponível em: [http://www.northants.police.uk/sites/default/files/The%2520Governments%2520Counter%2520Terrorism%2520Strategy\[1\].pdf](http://www.northants.police.uk/sites/default/files/The%2520Governments%2520Counter%2520Terrorism%2520Strategy[1].pdf) [data de último acesso em 30 de julho de 2012].
- HM Government, 2006. *CONTEST. Countering International Terrorism: The United Kingdom's Strategy*, julho. Home Office. Disponível em: https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/272320/6888.pdf [data de último acesso em 30 de julho de 2012].
- Home Office, 2005. *Preventing Extremism Together: Places of Worship*, 6 de outubro. Disponível em: <https://www.statewatch.org/news/2005/oct/cons-prev-extreme-view-HO.pdf> [data de último acesso em 21 de fevereiro de 2019].
- Judt, T., 2017. *Pós-Guerra: História da Europa desde 1945*. Lisboa: Edições 70.
- Lopes, M. S., 2010. *Novo Dicionário do Islão. Palavras, Figuras e História*, 2.ª edição. Lisboa: Casa das Letras.
- Maher, S. e Frampton, M., 2009. *Choosing Our Friends Wisely: Criteria for Engagement with Muslim Groups* [pdf]. Londres: Policy Exchange. Disponível em Policy Exchange [website] <https://policyexchange.org.uk/wp-content/uploads/2016/09/choosing-our-friends-wisely-mar-09.pdf> [data de último acesso em 10 de abril de 2010].
-

- Mandaville, P., 2008. Engaging Islamists in the West. *CTC Sentinel* [em linha], 1(7). Disponível em: <https://ctc.usma.edu/app/uploads/2010/06/Vol1Iss7-Art2.pdf>
- Mandaville, P., 2007. *Global Political Islam*. Londres: Routledge.
- Manning, R. e La Bau, C., 2008. *In and Out of Islamism* [pdf], agosto. Londres: Quilliam Foundation. Disponível em Research Gate [website] <https://d3n8a8pro7vhmx.cloudfront.net/nmcve/pages/84/attachments/original/1514348329/in-and-out-of-extremism.pdf?1514348329> [data de último acesso em 10 de março de 2010].
- Nawaz, M., 2012. *Radical: My Journey from Islamist Extremism to a Democratic Awakening*. WH Allen.
- Pinto, M. C., coord., 2006. *O Islão na Europa*. Lisboa: Prefácio.
- Rabasa, A., Pettyjohn, S. L., Ghez, J. J. e Boucek, C., 2010. *Deradicalization Islamist Extremists*. Santa Monica: RAND Corporation/National Security Research Division.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 7-A/2015. Estratégia Nacional de Combate ao Terrorismo, *Diário da República*, n.º 36/2015, 1.º Suplemento, Série I, de 20 de fevereiro, pp. 1022 (2)-1022 (4), Presidência do Conselho de Ministros.
- Roy, O., 2007. *Secularism Confronts Islam*. Nova Iorque. Columbia University Press.
- Sageman, M., 2008. *Leaderless Jihad: Terror Networks in the Twenty-First Century*. Filadélfia: University of Pennsylvania Press.
- Sagger, S., 2009. *Pariah Politics: Understanding Western Radical Islamism and What Should be Done*. Oxford. Oxford University Press.
- Saleem, K. e Vicent, L., 2009. *The Blood of Lambs. A Former Terrorist's Memoir of Death and Redemption*. Nova Iorque: Howard Books.
- Shoebat, W., 2005. *Why I Left Jihad: The Root of Terrorism and the Return of Radical Islam*. Top Executive Media.
- Silber, M. e Bhatt, A. 2007. *Radicalization in the West: The Homegrown Threat* [pdf]. The New York City Police Department. Disponível em: https://seths.blog/wp-content/uploads/2007/09/NYPD_Report-Radicalization_in_the_West.pdf [data de último acesso em 27 de julho de 2008].
- TaxPayers Alliance, 2009. Council Spending Uncovered II – No. 5: Preventing Violent Extremism Grants. *TaxPayers Alliance* [em linha], 7 de setembro. Disponível em: https://www.taxpayersalliance.com/council_spending_uncovered_ii_no_5_preventing_violent_extremism_grants_opg_c2sx5hfy8ds1jjnh3nmx3ak [data de último acesso em 12 de março de 2017].
- Tibi, B., 2009. Ballot and Bullet: *The Politicisation of Islam to Islamism*. Lecture at the Centre for Studies in Islamism and Radicalization, Department of Political Science, Aarhus University, September 9. Disponível em http://cir.au.dk/fileadmin/site_files/filer_statskundskab/subsites/cir/pdf-filer/H%C3%A6fte_5_Tibi.pdf [data de último acesso em 22 de junho de 2018].

- Tibi, B., 1998. *The Challenge of Fundamentalism: Political Islam and the New World Disorder*. Berkeley, Los Angeles, Oxford: University of California Press.
- Vidino, L., 2010. *The New Brotherhood in the West*. Nova Iorque: Columbia University Press.
- Vidino, L. e Brandon, J., 2012. *Countering Radicalization in Europe*. A policy report published by International Centre for the Study of Radicalisation and Political Violence (ICSR), dezembro. Londres: King's College. Disponível em: <http://icsr.info/wp-content/uploads/2012/12/ICSR-Report-Countering-Radicalization-in-Europe.pdf> [data de último acesso em 15 de dezembro de 2012].
- Vidino, L., Marone, F. e Entenmann, E., 2017. *Fear Thy Neighbor: Radicalization and Jihadist Attacks in the West* [pdf], junho. International Centre for Counter-Terrorism – The Hague (ICCT). Disponível em <https://icct.nl/wp-content/uploads/2017/06/FearThyNeighbor-RadicalizationandJihadistAttacksintheWest.pdf> [data de último acesso em 16 de julho de 2017].